

Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital

2º trimestre 2026



Contents

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1. Objetivo	6
1.2. Contexto Operacional.....	6
2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	8
2.1. Requerimentos Prudenciais (KM1).....	8
2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (OVA)	9
2.2.1. Apetite por Risco	10
2.2.2. Cultura de Riscos.....	10
2.2.3. Os testes de Estresse	10
2.2.4. Avaliação da Adequação de Capital.....	11
2.2.5. Suficiência de Capital.....	11
2.3. Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)	11
3. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	13
3.1. Instrumentos que Compõe o Patrimônio de Referência – PR (CCA)	13
4. RISCO DE LIQUIDEZ	13
4.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez (LIQA)	13
4.1.1 Estratégias de captação de recursos	14
4.1.2 Estratégias de mitigação do risco de liquidez.....	14
4.1.3 Testes de estresse de liquidez	14
5. RISCO DE CRÉDITO	15
5.1 Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito (CRA)	15
5.1.1 Modelo de negócios e perfil de risco de crédito	15
5.1.2 Critérios para a política e limites internos de risco de crédito	16
5.1.3 Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.....	16

5.1.4 Relação com conformidade e auditoria interna	17
5.1.5 Relatórios gerenciais e governança	17
6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	18
6.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização (SECA)	18
7. RISCO DE MERCADO	19
7.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado (MRA)	19
7.1.1 Gerenciamento do Risco de Mercado.....	19
7.1.2 Estratégias e processos de gerenciamento do risco de mercado.....	19
7.1.3 Estrutura responsável e governança	20
7.1.4 Carteiras sujeitas ao risco de mercado.....	20
7.1.5 Monitoramento, mensuração e controle do risco de mercado.....	20
7.1.6 Estratégias de proteção (hedge)	21
7.1.7 Sistemas de informação e suporte ao gerenciamento do risco	21
7.2. Fatores de Risco (MR1)	22
7.3 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB (IRRBBA)	22
7.3.1 Políticas e estratégias de gerenciamento e mitigação	22
7.3.2 Periodicidade de cálculo e métricas utilizadas.....	23
7.3.3 Cenários de choque e de estresse	23
7.3.4 Premissas relevantes e implicações direcionais	24
7.3.5 Hedge das exposições ao IRRBB e tratamento contábil	24
7.3.6 Premissas de modelagem para o cálculo do Δ EVE e do Δ NII	24
8. RISCO OPERACIONAL	24
8.1. Informações qualitativas sobre o gerenciamento do Risco Operacional (ORA)	24

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este relatório visa atender às determinações do Banco Central do Brasil requeridas através da resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020 para as instituições enquadradas no Segmento 3 (S3), conforme definido na Resolução CMN nº 4.553 de 30 de janeiro de 2017. Este normativo dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3, o qual em sua totalidade para instituições do Segmento S3, contém informações referentes a: indicadores prudenciais, gerenciamento de riscos, composição do capital, indicadores de liquidez, risco de crédito, risco de crédito de contraparte (CCR), exposições de securitização, risco de mercado e risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

Adicionalmente, este relatório trata dos requerimentos da Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 publicada pelo Banco Central do Brasil, onde dispõe sobre a estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital.

Os respectivos normativos exigem das instituições financeiras a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e à adequação de seu capital à sua exposição aos riscos. Os dados nele presentes foram elaborados com base nas informações consolidadas referentes ao primeiro trimestre de 2026.

Outras informações sobre o Banco Pine, incluindo o acesso às demonstrações financeiras, podem ser acessadas através do site: ri.pine.com.

1.2. Contexto Operacional

O Banco Pine (B3: PINE4; PINE3) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e sete anos destaca-se por financiar e assessorar grandes e médias empresas no mercado financeiro. Seu propósito é ser um banco de negócios ágil, com competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo com seus clientes. Ancorado nessa missão, busca atender às expectativas dos clientes, conhecer suas necessidades, aperfeiçoar suas jornadas, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência.

Por meio de soluções financeiras ágeis e funcionais que facilitam o dia a dia dos clientes, o Banco oferece uma ampla variedade de produtos e serviços, e se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios.

O Banco busca conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como,

serviços de conta corrente, rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos. Para isso, o Banco se divide nas seguintes áreas de negócios:

Nossos Negócios

Duas frentes de originação de crédito e negócios integradas com a plataforma de serviços, soluções de *funding* e capital, riscos e tecnologia/IA.



O Banco Pine encerrou o segundo trimestre de 2026 com lucro líquido de R\$ 165,7 milhões, crescimento de 99,6% e de 10,5% na comparação com o 2T25 e o 1T26, com retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE) de 37,5%. No acumulado do primeiro semestre, o lucro somou R\$ 315,6 milhões, alta de 101,7% na comparação com o 1S25.

A carteira de crédito expandida alcançou R\$ 21,8 bilhões, alta de 40% em doze meses, com destaque para o Varejo Colateralizado. Mantivemos disciplina na alocação de capital e na gestão de riscos, encerrando o trimestre com índice de Basileia de 14,3%, acima dos requerimentos regulatórios, com o capital direcionado às linhas de maior retorno ajustado ao risco.

Avançamos na agenda de produtividade, com implementação de IA em escala na frente de negócios e áreas de suporte, automatizando processos e elevando a experiência dos clientes e eficiência operacional.

A consistência dos resultados e a diversificação do modelo de negócios, reforçam a solidez dos fundamentos do Banco para gerar valor em diferentes ciclos de crédito.

2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

2.1. Requerimentos Prudenciais (KM1)

O PR consiste no somatório do Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e do Nível II, conforme definido nos termos da Resolução nº 4.955 do CMN.

Para fins do cálculo desses requerimentos mínimos de capital, de acordo com a Resolução nº 4.958 do CMN, deve ser apurado o montante total do RWA como soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Banco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas.

O requerimento mínimo de PR corresponde à aplicação de um fator “F” ao montante de RWA. Sendo o fator F correspondente a 8,0% a partir de 1º de janeiro de 2019.

A regulação prudencial do BACEN também estabelece a criação do Adicional de Capital Principal, que corresponde aos “buffers” (colchões de conservação (fixo), sistêmico e contracíclico (variável)), bem como definem novos requisitos para qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I ou Nível II. Conforme a Resolução CMN 4.958, o valor das parcelas ACP Conservação estando em 2,5%. Atualmente, conforme a Circular Bacen 3.769, o valor apurado da parcela ACP contracíclico é igual a zero durante todo o período, podendo sofrer alteração mediante nova definição do regulador.

Adicionalmente, instituem a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução 4.955 do CMN conforme mostrado abaixo.

A partir de 2019	
Capital principal	4,5%
Nível I	6,0%
Capital total	8,0%
Adicional de Capital Principal	2,5%
ACP Conservação ¹	2,5%
ACP Contracíclico ²	-
ACP Sistêmico ³	-
Capital principal com adicional	7,0%
Nível I com adicional	8,5%
Capital total com adicional	10,5%
Deduções dos ajustes prudenciais	100%

1) considerado o limite superior (exigibilidade máxima), por conservadorismo.

2) limite inferior (exigibilidade mínima).

3) ACP aplicável as instituições não classificadas como S-DIB (do inglês "Domestic Systemically Important Bank").

A seguir, a demonstração das Informações qualitativas sobre os requerimentos prudenciais do Banco Pine.

Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em R\$ mil	jun/26	mar/26**	dez/25*	set/25	jun/25
Capital Regulamentar - Valores					
1 Capital Principal	1.835.316	1.731.022	1.532.408	1.356.139	1.250.923
2 Nível I	1.993.286	1.889.660	1.689.044	1.462.621	1.356.845
3 Patrimônio de Referência (PR)	2.551.109	2.442.170	2.246.299	1.981.284	1.881.883
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente					
3c Destaque do PR					
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) - Valores					
4 RWA total	17.830.877	16.525.729	14.871.225	14.513.050	13.360.007
Capital Regulamentar como Proporção RWA					
5 Índice de Capital Principal (ICP)	10,3%	10,5%	10,3%	9,3%	9,4%
6 Índice de Nível 1 (%)	11,2%	11,4%	11,4%	10,1%	10,2%
7 Índice de Basileia	14,3%	14,8%	15,1%	13,7%	14,1%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
11 ACP total (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
12 Margem excedente de Capital Principal (%)	3,3%	3,5%	3,3%	2,3%	2,4%
Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	38.375.173	42.450.108	32.675.208	30.852.305	30.123.215
14 RA (%)	5,19	4,45	5,17	4,74	4,50

*Considerado para divulgação eventos subsequentes realizados em dez/25 e aprovados pelo BCB em jan/26:

- Emissão de LF perpétua de R\$ 20 milhões;
- Aumento de capital líquido de R\$ 22 milhões proveniente de bônus de subscrição.

**Considerado para divulgação evento subsequente realizado em mar/26 e aprovados pelo BCB em abr/26:

- Aumento de capital líquido de R\$ 258 milhões proveniente de oferta subsequente de ações (follow-on).

2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (OVA)

Com a evolução contínua dos mercados e das operações, o Banco Pine reafirma seu compromisso com a excelência na gestão integrada de riscos e capital, seguindo rigorosamente as melhores práticas de mercado e a regulamentação vigente. A atividade bancária caracteriza-se pela necessidade de assumir e administrar riscos de maneira sistemática e responsável. Por isso, a instituição estabelece limites, métricas e processos robustos que garantem a identificação, mensuração, avaliação, controle, monitoramento e mitigação de todas as exposições de maneira prudente e sustentável.

O gerenciamento de riscos está diretamente alinhado às diretrizes estratégicas definidas pelo nosso Conselho de Administração (CA). O CA é o responsável final por aprovar o Apetite por Riscos (RAS), as políticas, as estratégias, os testes de estresse e os planos de contingência, além de assegurar que todos os recursos necessários estejam disponíveis para a efetiva execução desta estrutura. O Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC), por sua vez, suporta o CA, deliberando sobre métricas, limites e eventos relevantes que impactam os riscos e o capital da instituição.

As áreas de risco, sob a liderança da Diretoria de Riscos & Compliance e em conjunto com as diretorias executivas, são centrais na supervisão contínua das exposições. Elas fornecem análises tempestivas, relatórios estruturados e recomendações essenciais para

subsidiar a tomada de decisão. O Banco Pine adota uma postura conservadora, buscando manter elevados padrões de credibilidade, segurança operacional e solidez financeira.

2.2.1. Apetite por Risco

O Apetite por Riscos do Banco Pine é formalizado na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Este documento define a natureza e o nível de risco que a instituição considera aceitável para alcançar seus objetivos, sempre em linha com a estratégia de negócios, a capacidade de capital, a regulamentação prudencial, o nível de tolerância a perdas e a sustentabilidade de longo prazo.

A RAS contém métricas quantitativas e qualitativas que abrangem diversos grupos de risco, como crédito, mercado, liquidez, Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB), operacional, socioambiental e climático, conformidade e reputacional. Esses indicadores possuem limites e alertas monitorados periodicamente pelos comitês de gestão.

O processo de definição das métricas é estruturado e inclui análises de relevância financeira, exposição ao risco e impacto nos objetivos estratégicos, sendo revisado anualmente em conjunto com o planejamento orçamentário.

2.2.2. Cultura de Riscos

A cultura de riscos do Banco Pine é um pilar fundamental que permeia toda a organização, reforçada ativamente pelo Conselho de Administração. A principal diretriz é promover práticas responsáveis, éticas e alinhadas à conformidade regulatória.

Os principais mecanismos para disseminar essa cultura incluem a ampla disponibilização de políticas e normativos na intranet, a atuação de comitês deliberativos com participação multidisciplinar, a emissão de relatórios gerenciais como o Reporte Executivo de Riscos (RER), a realização de ações de capacitação conduzidas pelas áreas especializadas sob a supervisão do Chief Risk Officer (CRO), e a comunicação contínua sobre limites, desvios e medidas corretivas.

Nossa cultura enfatiza a responsabilidade individual e coletiva, uma postura ética inabalável e a tomada de decisões conscientes, sempre sustentadas por análises técnicas e qualitativas.

2.2.3. Os testes de Estresse

Os testes de estresse são um componente essencial do gerenciamento integrado de riscos e capital, permitindo avaliar a resiliência do Banco frente a choques severos, sejam eles internos ou externos.

Periodicamente, realizamos simulações de cenários adversos para avaliar impactos prospectivos sobre o resultado financeiro, a liquidez, o capital, portfólios específicos e a exposição consolidada ao risco. As análises utilizam metodologias de sensibilidade, cenários hipotéticos e históricos, além de testes reversos, conforme as melhores práticas de mercado.

O CRO supervisiona todo o processo, e os resultados são reportados ao CA e ao CGRC para apoiar decisões estratégicas, ajustar limites e aprimorar o planejamento de capital.

2.2.4. Avaliação da Adequação de Capital

Anualmente, o Banco Pine conduz uma avaliação detalhada da suficiência de seu capital. Este processo abrange a identificação dos riscos materiais, a análise da necessidade de capital adicional, a elaboração do plano de capital para condições normais e de estresse, a revisão da adequação do capital, a estruturação dos planos de contingência e a preparação dos relatórios gerenciais e regulatórios.

O processo está alinhado à Resolução CMN nº 4.557/2017 e contempla a análise aprofundada dos riscos de crédito, mercado, operacional, IRRBB, liquidez e outros riscos relevantes.

2.2.5. Suficiência de Capital

O Banco Pine mantém uma estrutura de capital totalmente compatível com sua estratégia e a complexidade de suas operações, assegurando que o Patrimônio de Referência (PR) permaneça em nível adequado para cobrir todos os riscos atuais e projetados.

Monitoramos continuamente o capital regulatório, o Capital Nível I, o Capital Principal e todos os limites prudenciais aplicáveis, além de realizar análises de sensibilidade para medir os impactos de cenários de estresse.

Esta avaliação contínua e um planejamento estruturado garantem a solidez financeira da instituição, preservando nossa capacidade de absorver perdas e suportar o crescimento sustentável dos negócios.

2.3. Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)

De acordo com a Resolução CMN 4.958, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), obtido pela soma das seguintes parcelas:

$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{OPAD} + RWA_{DRC} + RWA_{CVA}$,
sendo:

$RWACPAD$ = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;

$RWACAM$ = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;

$RWAJUR$ = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;

$RWACOM$ = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);

$RWAACS$ = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;

$RWAOPAD$ = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

$RWADRC$ = parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação.

$RWACVA$ = parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte.

Para os cálculos das parcelas mencionadas acima, foram observados os procedimentos divulgados pelo BACEN, por meio das Circulares e Cartas-Circulares, e pelo CMN, por meio de Resoluções.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados pelo risco do Banco Pine:

Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Em R\$ mil		RWA		Requerimento Mínimo de PR
		jun/26	mar/26	jun/26
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	15.136.818	13.992.965	1.589.366
1	Risco de Crédito em sentido estrito	14.854.074	13.488.479	1.559.678
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	14.854.074	13.488.479	1.559.678
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica			
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada			
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	282.744	504.487	29.688
7	Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR			
7a	Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	282.744	504.487	29.688
9	Do qual: outros			
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados			
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo			
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados			
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada			
20	Risco de mercado	1.211.615	1.050.758	127.220
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	1.211.615	1.050.758	127.220
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)			
24	Risco operacional	1.482.443	1.482.443	155.657
1	Risco de Pagamentos (RWASP)			
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR			
29	Total (1+6+12+13+14+16+20+24+1+25)	17.830.877	16.526.166	1.872.242

3. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

3.1. Instrumentos que Compõe o Patrimônio de Referência – PR (CCA)

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

- Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

4. RISCO DE LIQUIDEZ

4.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez (LIQA)

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado de forma centralizada, observando princípios de segregação de funções, independência, proporcionalidade e alinhamento às melhores práticas prudenciais. A estrutura organizacional contempla instâncias estratégicas, táticas e operacionais, com responsabilidades claramente definidas.

A Alta Administração é responsável pela definição do apetite ao risco de liquidez, pela aprovação das políticas, limites e diretrizes, bem como pelo acompanhamento periódico da exposição ao risco. O Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) atua como instância deliberativa responsável por avaliar a posição de liquidez, aprovar estratégias de funding, acompanhar indicadores, analisar cenários prospectivos e deliberar sobre o acionamento de planos de contingência.

A Área de Gestão de Riscos Financeiros é responsável por identificar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, elaborando relatórios gerenciais e regulatórios, conduzindo testes de estresse, acompanhando limites e alertas, bem como propondo aprimoramentos metodológicos e revisões periódicas das políticas e procedimentos. A Tesouraria é responsável pela execução das operações de captação, aplicação e gestão do caixa, em conformidade com os limites e diretrizes aprovados.

O processo estruturado de comunicação interna prevê reportes regulares à Alta Administração e aos comitês competentes, bem como comunicação tempestiva em situações de estresse ou de aproximação aos limites definidos, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557/2017 e na Resolução BCB nº 265/2022.

4.1.1 Estratégias de captação de recursos

A estratégia de captação de recursos tem como objetivo assegurar fontes de financiamento estáveis, diversificadas e compatíveis com o perfil de ativos e obrigações da instituição. As políticas de funding priorizam a diversificação de fontes, evitando concentração excessiva por instrumento, contraparte ou mercado, bem como a diversificação de prazos, de forma a mitigar riscos de refinanciamento e descasamentos relevantes.

As decisões de captação consideram análises de custo, liquidez, prazo, condições de mercado e impactos sobre os indicadores prudenciais, sendo avaliadas no âmbito do ALCO. A instituição busca manter acesso contínuo a diferentes mercados e instrumentos, bem como preservar relacionamentos com investidores e contrapartes estratégicas.

4.1.2 Estratégias de mitigação do risco de liquidez

As estratégias de mitigação do risco de liquidez incluem a manutenção de ativos líquidos de alta qualidade, livres de ônus e prontamente realizáveis, capazes de suportar cenários adversos. Adicionalmente, são adotados limites operacionais e prudenciais, políticas de concentração, monitoramento diário do caixa e acompanhamento prospectivo dos fluxos de entrada e saída.

A instituição também utiliza mecanismos de antecipação de riscos, como cenários prospectivos, permitindo a adoção de medidas preventivas antes do atingimento de níveis críticos.

4.1.3 Testes de estresse de liquidez

Os testes de estresse constituem ferramenta fundamental do gerenciamento do risco de liquidez, sendo utilizados para avaliar a capacidade da instituição de honrar seus

compromissos em cenários adversos. São considerados cenários com premissas relativas a saídas de caixa, restrições de mercado e redução da capacidade de captação.

Os resultados dos testes de estresse subsidiam a definição de colchões de liquidez, limites, estratégias de funding e planos de contingência, sendo periodicamente reportados à Alta Administração e aos comitês competentes.

4.1.4 Plano de contingência de liquidez

A instituição mantém Plano de Contingência de Liquidez formalmente estabelecido, que define critérios de identificação, classificação e tratamento de situações de estresse de liquidez. O plano contempla níveis de contingência, gatilhos de acionamento, papéis e responsabilidades, fluxos de comunicação interna e conjunto de ações pré-definidas a serem adotadas conforme a severidade do cenário.

As ações previstas incluem medidas de reforço de caixa, revisão de estratégias de funding, priorização de liquidez e eventual ajuste no ritmo de negócios. A efetividade das ações é monitorada continuamente até o reenquadramento dos indicadores aos níveis desejados.

4.1.5 Ferramentas, métricas e limites de gerenciamento

O gerenciamento do risco de liquidez é suportado por sistemas, modelos e relatórios que permitem o monitoramento diário e prospectivo da posição de liquidez. Dentre as principais métricas utilizadas destacam-se indicadores de caixa, colchão de liquidez, fluxos projetados, limites definidos no Risk Appetite Statement (RAS) e métricas regulatórias.

Os limites e alertas são monitorados de forma contínua, com reporte tempestivo aos responsáveis e instâncias de governança, assegurando a aderência às políticas internas e à regulamentação vigente.

5. RISCO DE CRÉDITO

5.1 Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito (CRA)

O Banco Pine S.A. mantém estrutura, políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito compatíveis com seu modelo de negócios, com a natureza e a complexidade de suas operações, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e com a Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022.

5.1.1 Modelo de negócios e perfil de risco de crédito

O modelo de negócios do Banco Pine S.A. é refletido em um perfil de risco de crédito composto por operações de crédito corporativo e por uma carteira de varejo com foco em crédito consignado, abrangendo tanto o segmento público quanto o segmento privado.

No segmento atacado o Banco Pine possui perfil de risco de crédito concentrado em operações de crédito corporativo e estruturado, com foco em adequada avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores, mitigação por garantias e acompanhamento contínuo do desempenho das exposições.

No varejo, as operações de crédito consignado apresentam perfil de risco diferenciado, caracterizado por:

- desconto direto em folha de pagamento ou benefício;
- elevada previsibilidade de fluxo de recebimentos; e
- menores níveis históricos de inadimplência, quando comparados a outras modalidades de crédito pessoal.

Essas características são incorporadas aos processos de gerenciamento do risco de crédito por meio de critérios específicos de avaliação, monitoramento e mensuração de perdas, assegurando coerência entre o modelo de negócios, o apetite a risco e a estratégia de capital do Banco.

5.1.2 Critérios para a política e limites internos de risco de crédito

A política de risco de crédito estabelece critérios objetivos e segmentados para definição de limites e controles, considerando as particularidades das diferentes carteiras, incluindo:

- crédito atacado;
- crédito de varejo consignado no segmento público; e
- crédito de varejo consignado no segmento privado.

Para o atacado os limites internos são definidos de forma consistente com o apetite a risco aprovado pela Alta Administração, considerando indicadores de concentração, qualidade da carteira, níveis de inadimplência e impactos potenciais sobre capital e resultados.

Para carteira do consignado os limites internos são definidos também são consistentes com o apetite a risco aprovado pela Alta Administração, levando em conta fatores como perfil de risco dos tomadores, tipo de convênio, qualidade do empregador ou ente público, histórico de inadimplência, concentração por carteira e impactos potenciais sobre capital e resultados.

5.1.3 Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Banco Pine é segregada das áreas de negócios e organizada de forma a assegurar independência, especialização técnica e adequada governança.

A área de Risco de Crédito é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco, incluindo:

- acompanhamento da qualidade da carteira;
- cálculo da perda esperada e das provisões, conforme a Política de Provisionamento;
- avaliação de operações com sinais de deterioração;
- suporte técnico aos fóruns de decisão.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Banco Pine contempla processos, modelos e controles específicos para as diferentes carteiras, incluindo modelos distintos para varejo consignado e crédito atacado, conforme previsto na Política de Provisionamento.

5.1.4 Relação com conformidade e auditoria interna

O gerenciamento do risco de crédito mantém integração com a política de conformidade, assegurando aderência às normas internas, às regulamentações prudenciais e às práticas contábeis aplicáveis.

A auditoria interna, de forma independente, avalia periodicamente a efetividade dos processos, controles e modelos relacionados ao risco de crédito, incluindo a consistência da mensuração de perdas, o cumprimento das políticas internas e a adequação dos registros contábeis refletidos nas Demonstrações Financeiras.

5.1.5 Relatórios gerenciais e governança

Os relatórios gerenciais de risco de crédito apresentados ao Conselho de Administração, ao Comitê de Riscos e à Diretoria contemplam informações segregadas por carteira, incluindo:

- crédito atacado;
- varejo consignado – segmento público; e
- varejo consignado – segmento privado.

Esses relatórios abrangem, entre outros aspectos, a evolução da carteira, qualidade do crédito, níveis de inadimplência, classificação por estágios, provisões constituídas e impactos sobre resultados e capital.

6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

6.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização (SECA)

As atividades de securitização conduzidas pelo Banco Pine têm como objetivos fundamentais a diversificação de suas fontes de captação (funding) e a desconsolidação de carteiras de crédito para otimização do consumo de capital. Essa estratégia visa preservar e expandir a capacidade de originação de ativos, atendendo à demanda de mercado com foco prioritário nos segmentos de Crédito Consignado INSS e Crédito Consignado Privado. O grau de transferência de riscos e benefícios para outras entidades varia conforme a estruturação de cada operação, podendo envolver a transferência substancial de ativos ou a retenção parcial de riscos por meio de subscrição de cotas subordinadas ou mecanismos de coobrigação.

No âmbito de sua atuação, o Banco Pine atua como contraparte patrocinadora das Sociedades de Propósito Especial (SPE) Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e Travessia Securitizadora. Adicionalmente, as entidades vinculadas ao conglomerado, Pine Holding e Pine Assessoria, atuam na aquisição de cotas subordinadas dos veículos de securitização originados pela instituição, especificamente o Pine INSS FIDC, o Pine INSS II FIDC e o FIDC Pine LIFT Cartão Benefício INSS. Ressalta-se que o Banco não presta apoio implícito a essas estruturas, de modo que não há impactos adicionais na apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) além daqueles formalmente previstos nas exposições retidas.

Quanto ao tratamento contábil, o Banco Pine observa integralmente as diretrizes da regulamentação vigente. Os ativos decorrentes de securitizações de terceiros são registrados de forma análoga aos demais ativos próprios da instituição. No caso de operações originadas pelo próprio Banco, os créditos permanecem registrados no balanço patrimonial sempre que houver cessão com coobrigação, uma vez que não ocorre a transferência substancial de riscos e benefícios. O desreconhecimento contábil é aplicado apenas às operações em que há a efetiva venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos.

Durante o exercício de 2026, o Banco realizou operações relevantes de transferência de ativos. Em junho de 2026, foram emitidas Debêntures Financeiras da Travessia Securitizadora no montante de R\$ 1 bilhão, lastreadas em operações de Consignado INSS, com série única integralmente vendida a investidores profissionais. No mesmo período, foi estruturado o Pine INSS FIDC (R\$ 1 bilhão), cujas séries seniores e mezaninos foram distribuídas ao mercado, mantendo-se uma retenção de 1% em cotas subordinadas no conglomerado. Em dezembro de 2026, foram concluídas as operações do Pine INSS II FIDC (R\$ 1 bilhão), com retenção subordinada de 1,5%, e do Pine Lift I Cartão INSS FIDC (R\$ 173 milhões), com retenção subordinada de 2,25%.

No tocante às exposições cedidas com retenção substancial de risco no segmento de varejo, o Banco registrou, ao longo do exercício de 2025, cessões de crédito com coobrigação para empresas não ligadas relativas a Entes Federais no montante total de R\$ 1.766.781. A distribuição trimestral dessas operações compreendeu R\$ 1.020.773 no primeiro trimestre, R\$ 687.950 no segundo trimestre, R\$ 27.423 no terceiro trimestre e R\$ 30.635 no quarto trimestre. Devido à natureza dessas operações, os ativos vinculados não foram desreconhecidos dos livros contábeis da instituição e as cessões não geraram impacto imediato no resultado.

7. RISCO DE MERCADO

7.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado (MRA)

7.1.1 Gerenciamento do Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e com a Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, o Banco Pine define risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da flutuação nos valores de posições detidas pela Instituição, resultantes principalmente da variação das taxas de juros, dos preços e índices de instrumentos financeiros, bem como de outros fatores de mercado que afetem instrumentos classificados tanto na carteira de negociação (Trading) quanto na carteira bancária (Banking).

A estratégia do Banco Pine está orientada à geração recorrente de resultados, com foco em suas atividades comerciais e financeiras, observando princípios de prudência, solidez e aderência ao apetite ao risco aprovado pela Alta Administração. A gestão do risco de mercado busca assegurar que as exposições assumidas sejam compatíveis com a estratégia de negócios, com os limites internos e com os requerimentos regulatórios vigentes.

7.1.2 Estratégias e processos de gerenciamento do risco de mercado

A gestão do risco de mercado é estruturada por meio de controles independentes, conduzidos por área segregada das unidades de negócios, responsáveis por estabelecer políticas, metodologias, limites e procedimentos alinhados:

- ao Apetite ao Risco (RAS);
- às diretrizes de governança corporativa;
- às estratégias de negócio do Banco.

Esses controles visam identificar, mensurar, monitorar e controlar as exposições ao risco de mercado, considerando não apenas os impactos diretos das oscilações de mercado, mas também as interações com outros riscos relevantes, em especial o risco de liquidez.

7.1.3 Estrutura responsável e governança

A Área de Riscos Financeiros é responsável pela implementação e execução das estratégias e processos de gerenciamento do risco de mercado, incluindo:

- o estabelecimento e acompanhamento de limites de risco;
- a avaliação contínua da adequação das metodologias de mensuração;
- o monitoramento diário das exposições;
- a elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

As metodologias, métricas e eventuais alterações relevantes são previamente discutidas e aprovadas nos fóruns de governança apropriados, assegurando consistência, transparência e alinhamento com as diretrizes estratégicas do Banco. Os resultados do monitoramento são reportados periodicamente à Alta Administração e aos comitês competentes, subsidiando o processo decisório.

7.1.4 Carteiras sujeitas ao risco de mercado

O Banco Pine trata as posições sujeitas ao risco de mercado de acordo com sua classificação regulatória, distinguindo entre carteira de negociação (Trading) e carteira bancária (Não-Negociação ou Banking), conforme os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e demais normativos aplicáveis:

- **Carteira de Negociação (Trading):** composta por instrumentos financeiros mantidos com a finalidade de negociação ou destinados à proteção (hedge) de outros elementos da própria carteira de negociação. Esses instrumentos são avaliados diariamente a valor de mercado e caracterizam-se, principalmente, pela intenção de revenda no curto prazo, pela busca de ganhos decorrentes de flutuações de preços ou pela utilização em estratégias de arbitragem.
- **Carteira Bancária (Banking):** composta por instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de classificação como Trading, sendo mantidos sem finalidade de negociação. Nessa carteira, os resultados são gerados predominantemente pelos spreads das operações e não por flutuações de preços de mercado, ainda que estejam sujeitos a riscos decorrentes de variações de taxas e indexadores.

7.1.5 Monitoramento, mensuração e controle do risco de mercado

O monitoramento do risco de mercado é realizado diariamente, por meio de um conjunto de indicadores e métricas que permitem avaliar o nível de exposição e o enquadramento aos limites definidos, dentre os quais se destacam:

- **Value at Risk (VaR):** métrica que estima a perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, considerando nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia;
- **Cenários de estresse:** utilizados para estimar perdas potenciais sob condições extremas, considerando a ocorrência simultânea de choques severos nos principais fatores de risco das carteiras Trading e Banking;
- **Sensibilidade (Delta Variation – DV):** indicador que mensura a sensibilidade das posições a variações de um basis point nas curvas de juros relevantes;
- **Capital Regulatório para Risco de Mercado:** apuração e acompanhamento das parcelas de capital regulatório associadas ao risco de mercado, conforme os normativos do Banco Central do Brasil, permitindo o controle do consumo de capital e a definição de limites internos associados.

A apuração do risco de mercado é realizada por meio de processos específicos e independentes da área de negócios, abrangendo desde a obtenção e validação de preços, curvas e parâmetros de mercado até o cálculo das métricas de risco. Essa segregação busca assegurar a integridade, consistência e confiabilidade das informações utilizadas no gerenciamento do risco.

7.1.6 Estratégias de proteção (hedge)

Quando aplicável, o Banco Pine utiliza instrumentos de hedge com o objetivo de mitigar exposições específicas ao risco de mercado. As estratégias de proteção são formalmente documentadas, observam critérios de elegibilidade definidos em política interna e têm sua efetividade avaliada periodicamente, de forma prospectiva e retrospectiva, garantindo que cumpram adequadamente sua finalidade de mitigação de risco ao longo do tempo.

7.1.7 Sistemas de informação e suporte ao gerenciamento do risco

O gerenciamento do risco de mercado é suportado por sistemas de informação e bases de dados que permitem:

- o registro e o acompanhamento adequado das posições;
- a utilização de fontes de preços e curvas de mercado consistentes;
- a execução dos processos de marcação a mercado;

- a geração de relatórios gerenciais e regulatórios tempestivos.

Esses sistemas são submetidos a controles, validações e revisões periódicas, assegurando aderência às melhores práticas de mercado e aos requisitos regulatórios aplicáveis.

7.2. Fatores de Risco (MR1)

A tabela MR1 demonstra o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado conforme a abordagem padronizada (RWA_{mpad}).

Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado		
Em R\$ mil	Fatores de risco	jun/26 a RWAMPAD
1	Taxas de juros	85.297
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	83.638
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	-
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	1.658
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
2	Preços de ações (RWAACS)	15.454
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	156.387
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	20.278
5	RWADRC	859.364
6	RWACVA	74.836
9	Total	1.211.615

Em relação ao período anterior, os principais fatores que contribuíram com o aumento dos Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado calculados por modelo padrão (RWA_{MPAD}) foram o aumento da exposição dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação RWA_{DRC} .

7.3 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB (IRRBBA)

O Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Interest Rate Risk in the Banking Book – IRRBB) é definido como a possibilidade de impactos adversos relevantes sobre o valor econômico e/ou sobre o resultado de intermediação financeira do Banco Pine, decorrentes de variações inesperadas nas curvas de taxas de juros que afetam os instrumentos classificados na carteira bancária.

O IRRBB decorre principalmente de descasamentos de prazos, indexadores e fluxos de reapreçamento entre ativos, passivos e instrumentos fora do balanço, bem como da existência de opções embutidas e de comportamentos não contratuais dos clientes. O risco é mensurado e monitorado sob as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado (NII), em conformidade com a regulamentação vigente.

7.3.1 Políticas e estratégias de gerenciamento e mitigação

O Banco Pine possui Política de Gestão de Risco de IRRBB, aprovada pela Alta Administração, que estabelece diretrizes, responsabilidades, métricas, limites e procedimentos para identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação do risco.

O gerenciamento do IRRBB contempla, entre outros aspectos:

- monitoramento periódico das métricas de ΔEVE e ΔNII em relação aos limites definidos no Apetite a Risco (RAS);
- realização de testes de estresse regulatórios e internos, com diferentes choques nas curvas de juros;
- análises de sensibilidade e de decomposição dos resultados por fator de risco;
- atuação da área de Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) na gestão das exposições estruturais de taxa de juros;
- utilização de instrumentos financeiros derivativos para mitigação das exposições, quando apropriado;
- acompanhamento por auditoria interna, dentro de suas atribuições;

7.3.2 Periodicidade de cálculo e métricas utilizadas

As métricas de IRRBB são apuradas mensalmente para fins regulatórios, e diariamente para acompanhamento gerencial.

As principais métricas utilizadas são:

- **ΔEVE (Variação do Valor Econômico):** mensura o impacto dos choques de taxa de juros sobre o valor presente líquido dos fluxos de caixa da carteira bancária;
- **ΔNII (Variação do Resultado de Intermediação Financeira):** avalia os impactos esperados no resultado financeiro em horizonte temporal pré-determinado.

Essas métricas são analisadas de forma complementar, permitindo visão integrada dos efeitos de curto e longo prazo do IRRBB.

7.3.3 Cenários de choque e de estresse

Para a mensuração do ΔEVE e do ΔNII , o Banco Pine utiliza os cenários regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil, incluindo:

- choques paralelos de alta e de baixa nas curvas de juros;
- choques de inclinação (steepener e flattener);

Os choques são aplicados de forma consistente às curvas relevantes, observando os parâmetros prudenciais estabelecidos pela regulamentação.

7.3.4 Premissas relevantes e implicações direcionais

O sistema de mensuração do IRRBB utiliza premissas consideradas prudentes e aderentes às características dos produtos e ao comportamento observado dos clientes.

Quando as premissas utilizadas para fins de gestão diferem daquelas exigidas exclusivamente para divulgação da Tabela IRRBB1, tais diferenças são devidamente documentadas e fundamentadas. As premissas são definidas com base em dados históricos internos, referências de mercado, estudos técnicos e julgamento da administração, sendo revisadas periodicamente.

Alterações relevantes nessas premissas podem impactar de forma direcional os valores de ΔEVE e ΔNII , especialmente em cenários de estresse.

7.3.5 Hedge das exposições ao IRRBB e tratamento contábil

A mitigação das exposições ao IRRBB pode ser realizada por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps de taxa de juros, com o objetivo de reduzir a volatilidade do valor econômico e/ou do resultado.

As operações podem ser classificadas como hedge econômico ou, quando atendidos os requisitos normativos, como hedge contábil, observando-se os critérios de documentação, efetividade e contabilização previstos nas normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

7.3.6 Premissas de modelagem para o cálculo do ΔEVE e do ΔNII

No cálculo das métricas divulgadas na Tabela IRRBB1, o Banco Pine adota, entre outras, as seguintes premissas:

- no ΔEVE , as margens comerciais e componentes de spread são tratadas conforme a natureza dos fluxos, sendo incluídas nos fluxos de reapreçamento ou refletidas nas taxas de desconto;
- o prazo médio de reapreçamento é determinado considerando características contratuais e comportamentais dos produtos, incluindo opções embutidas;
- outras premissas relevantes, como o tratamento de depósitos sem vencimento definido (NMD), são consideradas por possuírem impacto relevante nos resultados.

8. RISCO OPERACIONAL

8.1. Informações qualitativas sobre o gerenciamento do Risco Operacional (ORA)

Nos termos do art. 32 da Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal (contratos inadequados/deficientes, sanções por descumprimento legal e indenizações a terceiros). Para classificação e registro dos eventos de perda operacional, o Banco Pine adota as categorias Nível 1 (conforme previsto na Circular BCB nº 3.979/20):

1. Fraudes internas;
2. Fraudes externas;
3. Demandas trabalhistas e segurança do trabalho;
4. Clientes, produtos e práticas de negócio;
5. Danos a ativos físicos;
6. Interrupção das atividades;
7. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de TI;
8. Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional no Banco Pine organiza-se em três eixos de trabalho que sustentam a execução diária e a evidência regulatória:

- **RCSA / mapeamento de processos:** identificação e avaliação contínua da exposição ao risco; definição de KRIs e limites compatíveis com a RAS; desenho, teste e melhoria de controles; planos de ação e monitoramento da eficácia/eficiência.
- **Base de perdas:** registro e categorização dos eventos de risco operacional, conforme definições regulatórias e internas; cálculo de valores brutos/recuperados; agrupamento consistente de perdas relacionadas; descrição de causas.
- **Comunicação e capacitação:** disseminação estruturada de políticas, procedimentos e responsabilidades a todos os níveis, com treinamentos recorrentes e publicação frequente de conteúdo educativo.

Esses métodos de trabalho se materializam em atividades realizadas de forma recorrente, garantindo aderência à RAS, melhoria contínua e rastreabilidade das ações:

- Acompanhamento de métricas de eventos de risco operacional, com reportes gerenciais e aderência a limites definidos na RAS;
- Mapeamento e avaliação contínua dos processos internos; revisão de riscos e controles; priorização de planos de ação e tratamento de deficiências;
- Registro de ocorrências na base de perdas e análise de causas, gerando insumos para aperfeiçoamento de processos e controles;
- Mitigação e prevenção, com revisões de políticas/procedimentos e atualização de KRIs quando necessário.

A supervisão e a priorização dessas entregas ocorrem sob a governança estabelecida pelo Conselho de Administração, expressa na Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e operacionalizada pelos comitês de Auditoria (Coaud) e de Gestão de Riscos e Capital (CGRC), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 quanto a políticas, limites e reporte à Alta Administração.

Para realizar esse trabalho o Pine aplica o Modelo das Três Linhas, em que a gestão se distribui da seguinte forma:

- **1ª Linha — gestão operacional:** são as áreas de negócio e processos, responsáveis pela identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos;
- **2ª Linha — funções de risco, compliance e controles internos:** são as áreas de suporte a operação, responsáveis por definirem as metodologias, limites, apetite a risco (auxiliando o Conselho de Administração), validando controles, monitorando níveis de exposição e reportando à Alta Administração;
- **3ª Linha — Auditoria Interna:** responsáveis por realizar uma avaliação independente sobre controles, governança e risco.

A execução conta com estruturas especializadas que suportam o gerenciamento do risco operacional, incluindo as áreas de prevenção à fraude, segurança da informação, jurídico (trabalhista, cível e tributário), controles internos e compliance, entre outras, atuando de forma coordenada com as três linhas.